

O ensino de ler e escrever nos mosteiros da idade média

Silas Gutierrez¹

RESUMO: Este trabalho tem como finalidade descrever e explicar o método de ensino de ler e escrever nos mosteiros beneditinos do século XII, contextualizando-os em uma política linguística cristianizada engendrada pela Igreja. Para isto, tomaremos como base os estudos sobre Historiografia Linguística propostos por Koerner (1995,1996), cujos conceitos e princípios nortearão este estudo.

Palavras-chave: mosteiros; ensino; escolástica.

Teaching reading and writing in medieval monasteries

ABSTRACT: This paper aims to describe and explain the process of teaching reading and writing in the twelfth century in Benedictine monasteries, contextualizing them in a Christianized linguistic policy engendered by the Church. For this, we will build on studies of Historiography Language proposed by Koerner (1995,1996) whose concepts and principles will lead this study.

Keywords: monasteries; education; Scholastic.

1 INTRODUÇÃO

O sistema de ensino sempre esteve atrelado a concepções e interesses político-ideológicos do Estado. Na Idade Média, tem-se um ensino voltado aos interesses da aliança entre reis e eclesiásticos. Durante a Idade Moderna, nas colônias lusitanas, observa-se a imposição da Companhia de Jesus aliada aos reis de Portugal. Mais recentemente, no Brasil da década de 60, vive-se a censura imposta pela ditadura além dos muros da escola.

Portanto, com exceção de breves momentos na história da educação, o ensino constantemente viu-se subjugado aos desvelos do Estado, tipificando, neste sentido, estratégias de políticas linguísticas.

Neste sentido, não pretendemos, neste estudo, criticar a configuração político-ideológica emergente nos mosteiros da Idade Média, mas apresentar brevemente um ensino coerentemente adequado ao proposto pelo programa de instrução e às tendências políticas emergentes da época, no qual, sem apoio político, seria penoso iniciar um regime escolar.

¹ Doutorando em Língua Portuguesa pela PUC/SP. SP, Brasil. frenazo@ig.com.br

Os mosteiros beneditinos do século XII foram núcleos de ensino que se propuseram a ensinar a ler e escrever, com aulas de gramática latina e retórica. Os textos eram adequados ao período e coeso com a filosofia pedagógica escolástica.

Para o desenvolvimento deste trabalho, serão utilizados os estudos sobre Historiografia Linguística, com o propósito de estabelecermos uma posição avaliativa adequada para análise. Para isto, serão tecidas algumas considerações sobre conceitos e princípios propostos por Koerner (1995,1996).

2 MÉTODO LINGUÍSTICO-HISTORIOGRÁFICO

Descrever e explicar um sistema de ensino, como da Ordem Beneditina, desenvolvido há novecentos anos, pareceu-nos, a princípio, apenas uma questão de leitura e entendimento de obras relacionadas ao tema ou um esforço em se debruçar em literaturas associadas ao ensino medieval. No entanto, neste caso, há o risco de traçar opiniões evasivas e desprovidas de caráter científico.

Para que uma pesquisa historiográfica tenha caráter científico é necessário um suporte teórico adequado e uma metodologia apropriada segundo a linha teórica que se propõe. Caso contrário, realiza-se mera especulação, a fim de sanar uma curiosidade sobre o assunto. O fato de o leitor ter formação pedagógica não o assegura ou habilita a ter uma leitura autorizada sobre o método pedagógico seguido pelos monges beneditinos.

Importante esclarecer que não se busca uma õverdadeõ ou õrealidadeõ. Pois ambas dependem do foco em que o pesquisador centralizará sua posição avaliativa. Esta posição não é involuntária ou arbitrária, mas subsidiada por um estudo científico que estrutura a pesquisa.

A Historiografia Linguística, doravante H.L., dialoga com a Psicologia, Filosofia, Antropologia, mas principalmente com a História e busca a seleção, ordenação e interpretação de fatos históricos. O foco da H.L. converge para o planejamento e processo de interpretação determinados pela posição avaliativa do pesquisador.

A H.L. concentra-se na língua em uso, na descrição de fenômenos histórico-linguísticos, na explicação de um recorte histórico, tendo como *corpus* desde uma reconhecida produção artística até um bilhete sem autoria.

No caso específico, a H.L. focaliza o modo como foi apresentada a história, buscando os sujeitos que se instauram no texto, observando o autor que surge nos sentidos das palavras dispostas na mensagem. Neste sentido, os dados biográficos do escritor não são

preponderantes para a pesquisa, visto que não se atribui significado ao escritor, mas, sim, *no autor* que irrompe no texto.

Para analisar o sistema de ensino nas escolas monásticas, foram investigados os currículos, a mentalidade da época, os valores políticos e sociais para identificarmos as questões ideológicas vinculadas no processo de aprendizagem.

Não se objetiva saber o que exatamente se pretendia ou quais os efeitos do método pedagógico elaborado e aplicado, pois tal empreendimento é impraticável. É utópico investigar o que os monges ambicionavam. Pois tal propósito sempre partirá da posição avaliativa do pesquisador. Em outras palavras, apurar o que os monges intencionavam é inalcançável, pelo próprio espaço de tempo que nos separa.

É admissível, por meio da H.L depreender do texto uma resposta para o trabalho do pesquisador. Esta resposta é o resultado de uma pesquisa, ou seja, uma conclusão da metodologia usada coerentemente pelo pesquisador. Sendo assim, de acordo com Swiggers (1999) *apud* Casagrande (2005, p. 28) ãa H.L. apresenta-se para a comunidade científica com o objetivo de descrever e explicar como se adquiriu, produziu, formulou e desenvolveu um dado conhecimento linguístico em um determinado contexto.

Nesta pesquisa, serão utilizados os princípios de Koerner (1995,1996) e a mentalidade das ideias. Importante frisar que o contexto histórico não será usado para explicar o sistema de ensino nos mosteiros, mas para subsidiar alguns termos ou situações próprias do medievo.

Segundo Koerner (1996), são três os princípios propostos para operacionalização: 1º princípio de contextualização: traçar a mentalidade do período, observando os domínios do saber e o contexto socioeconômico. O 2º princípio denominado imanência caracteriza-se pela

apropriação conceitual dos elementos imanentes do texto histórico. É a partir dos mesmos que o historiógrafo da língua irá explicar os fatos linguísticos, ou melhor: buscar o entendimento completo, tanto histórico quanto crítico, possivelmente mesmo filológico, do texto. A fonte, assim, revela umas epistemologias próprias, adequadas ao texto em questão que mostra internamente o seu aparato teórico possibilitando a descrição e/ou explicação dos fatos linguísticos (ALMEIDA, 2006, p. 1).

De acordo com Bastos (2004), ãseguidos os dois primeiros princípios, o historiógrafo passa a introduzir aproximações contemporâneas em um quadro conceitual de

trabalho que permita a adequação de uma determinada teoria. Definindo, com isto, o 3º princípio de adequação.

Para iniciar a análise, será feito um percurso político social pelo período do medievo para, como foi dito, apreender valores e crenças inerentes ao período, pois, para Koerner (1995), os fatores externos à língua explicam determinados embates ideológicos presentes nos textos.

3 CONTEXTO HISTÓRICO

Ao analisar o panorama da sociedade medieval, interessa a apreensão da mentalidade das ideias deste período para contextualizar as formas de produção, circulação e recepção de textos para apreender o clima de opinião que permeia este período.

A sociedade medieval é estratificada e dividida em dois planos, estando no topo da pirâmide o clero, representantes da nobreza e, abaixo, os servos. A estrutura econômica feudal é composta pelos senhores eclesiásticos que rendem (arrendam?) terras para camponeses, sendo estes, na maioria, fugitivos da cidade para o campo, marginalizados ou escravos livres².

Com a queda do Império Romano do Ocidente em 476 d.C. e, principalmente, por sucessivas invasões bárbaras, os cidadãos romanos migram para as zonas rurais, intensificando o processo de ruralização que permeará a sociedade medieval.

Em 496 d.C., Clóvis, neto de Meroveu, ao conquistar terras ocupadas por povos bárbaros se une à Igreja Católica, formando uma forte aliança de proteção militar e apoio para conversão de novos povos, distribuindo extensas regiões territoriais ao clero. Dando início, com isto, ao processo de constituição do feudalismo. A Igreja, neste período, obtém vasta extensão territorial, expandindo sua força e reduzindo a centralização do poder do rei.

A partir do século VII, o poder da dinastia merovíngia já estava enfraquecido e os representantes da Igreja Católica passam a deter o poder como senhores feudais. Em 758 d.C., o antecessor de Carlos Magno, da dinastia carolíngia, oferece³ à Igreja territórios localizados na Península Itálica, originando o Estado da Igreja Católica.

² Referimo-nos à organização escravista do mundo romano que, desestruturada pela invasão germânica, provoca o êxodo da cidade para o campo. Por isso, o termo: escravos livres.

³ Resultado de um acordo que implica apoio e proteção militar à Igreja por parte do rei.

No feudalismo, os servos presos à terra, sem possibilidades de ascensão social, não buscavam desenvolver técnicas agrícolas, trabalhavam, simplesmente, em troca de proteção militar, encontrando-se em uma sociedade amonetária, de subsistência, sob total controle dos senhores feudais.

Em contrapartida, o clero, no início da Idade Média, assume gradativamente o poder central administrativo, político e cultural, universalizando-se após a destruição e conversão de territórios invadidos por bárbaros durante o pontificado do papa Gregório I.

É neste contexto de estruturação política e social rígida que a Igreja projeta suas ideias, influenciando a filosofia e a literatura, sistematizando, por meio destas disciplinas, a racionalização do pensamento cristão.

A ação educativa da Igreja dá-se por meio de um método de aprendizagem de cunho filosófico, denominado escolástica. Esta vertente visa dar um sentido cristão às disciplinas vinculadas às ciências.

Busca-se uma única verdade pautada nas escrituras sagradas para fenômenos físicos e científicos; a razão⁴ harmoniza-se com a fé, desencadeando a revelação de um fato e não a descoberta ou a obtenção de um resultado com base empírica ou científica, instituindo e propagando textos produzidos por padres ou retirados da Bíblia Sagrada ou, ainda, utilizando-os, não como um ensino diretamente catequético, mas como foi dito, para a valorização da razão fundamentada na fé.

As disciplinas pertencentes ao currículo das escolas monásticas da Idade Média, no século XII, eram abordadas na perspectiva escolástica e tinham um sentido religioso.

A maioria dos alunos tinha como finalidade ingressar na vida religiosa e pertencia à burguesia, nova classe que foi surgindo por meio da reconquista do mar Mediterrâneo⁵ através da Quarta Cruzada⁶.

O movimento Cruzadista, iniciado no século XI, tinha como principal objetivo, impedir a expansão dos muçulmanos pelos cristãos. Neste período, foram criadas escolas militares em que se preparavam os alunos física e psicologicamente para compor o exército das Cruzadas.

⁴ Os escolásticos adotam a razão aristotélica e os ideais platônicos por meio de seu maior representante São Tomás de Aquino (1224-1274).

⁵ Trajeto marítimo para negociações das cidades italianas ao Oriente.

⁶ Nesta cruzada, os cristãos saquearam Constantinopla e conseguiram reestabelecer o comércio entre o Oriente e Ocidente.

A insatisfação dos servos vinculados à estrutura feudal, a lei do primogênito, em que apenas o primeiro filho tinha direito à herança e, por fim, o excedente demográfico nas áreas rurais fizeram com que o Movimento Cruzadista incorporasse cristãos com outros interesses, fazendo com que as Cruzadas adquirissem outros objetivos. O intuito deste movimento afetou a credibilidade dos fiéis cristãos, ameaçando, paulatinamente, as estruturas de controle da Igreja.

Portanto, a partir da Quarta Cruzada (1202-1204), o movimento reconquistou as negociações entre as cidades italianas e o Oriente, proporcionando uma rota fluvial entre a região de Flandres, no norte e no sul europeu. Com isto, iniciou-se a formação de feiras de comércio nestas rotas, instalou-se a economia monetária (reapareceu a moeda), aquecendo o comércio e fazendo surgir uma nova classe: a burguesia.

Nesta confluência de estradas por onde transitava o comércio e fixavam-se os mercados de produtos, formaram-se cidades e vilas. No entanto, ocupavam terras dos senhores feudais, sendo obrigados a pagar impostos pelo uso. Com isto, inúmeras guerras surgiram entre esta nova classe de mercadores e autoridades feudais. A rígida estrutura do feudalismo foi desestruturada pelo intenso comércio que resultou no enriquecimento de uma dada parte da sociedade medieval.

Neste contexto de guerras e instabilidade, surgem os mosteiros movidos pela insatisfação dos monges em relação à vida luxuosa do clero e pelo desvio dos principais objetivos cristãos da própria Igreja. Nesta direção, os monges adotam uma vida regida pela pobreza, castidade e obediência, optam pela clausura, realizando orações contemplativas e mantendo uma alimentação simples, apenas uma vez ao dia.

Especificamente, o Mosteiro da Ordem Beneditina foi fundado em 529 por São Bento de Nursia. Este elaborou normas, o Regula Benedicti, com mais de setenta capítulos que prescreviam a vida no convento. Esta Ordem serviu como base para outras posteriores.

Adiante, será abordado o ensino nos mosteiros beneditinos, objetivando descrever e explicar a mentalidade que mantém e justifica o método utilizado pelos monges.

4 ANÁLISE DO MÉTODO DE ENSINO NOS MOSTEIROS BENEDITINOS

Entre os séculos IX e XII, os mosteiros representavam centros culturais monopolizados pela Igreja. Os monges seguiam a filosofia escolástica⁷, pré-tomista na abordagem do ensino de ler e escrever. Isto significava que a educação era predominantemente catequista, refletindo o contexto político medieval.

Ora, se o Estado estava a serviço da Igreja, logo, tem-se um ensino voltado à formação religiosa no sentido de impor sua ideologia, inclusive aos não convertidos.

A escola localizava-se dentro dos mosteiros e visava formar os noviços para a prática e exercício religioso. Já as escolas situadas fora dos mosteiros visavam ministrar o ensino religioso para homogeneizar a sociedade camponesa.

No século XII, os mosteiros beneditinos foram os primeiros a implantarem um programa de ensino formal contemplando o *ōtriviumō* (gramática, lógica e retórica) e o *ōquadriviumō* (música, aritmética, geometria e astronomia). Contudo, no que se refere às aulas de gramática, a Idade Média

marca definitivamente a ascensão do latim, a língua da escrita, com aceitação em toda a civilização ocidental. O debate em torno dos modos de significar ocupa as discussões dos filósofos medievais, dando origem à denominada gramática especulativa. Porém, a partir do século XIII, uma corrente do pensamento medieval, oferece-nos da lógica e da dialética uma definição essencialmente linguística, como disciplinas que se ocupam da análise do som, da palavra e da proposição, enquanto elementos basilares do discurso (CEIA, 2012, p. 1).

O ensino de gramática era essencialmente a latina, tendo como principais representantes os gramáticos Prisciano e Donato. As aulas de gramática contemplavam o ensino de ler e escrever realizando-se por meio de textos sagrados. A gramática, neste ambiente, tem uma concepção de cumprimento com a habilidade de leitura e escrita. Sobre o material utilizado, o pesquisador explica que

o tratado gramatical mais popular do período foi a *ōDoctrinale Puerorumō* do autor francês Alexandre de Villedieu (século XII), um manual puramente pedagógico, baseado no latim medieval, embora seguindo, em suas linhas gerais, a gramática de Prisciano (OLIVEIRA, 2011, p. 1572).

Sendo a retórica a arte de bem falar, exigia-se que os estudantes soubessem oralizar o que haviam aprendido por meio das leituras sagradas. Enfatizavam a responsabilidade de

⁷ A filosofia escolástica predominou durante o fim da Idade Média e início da Moderna.

expor as sagradas escrituras de forma a entusiasmar e convencer a plateia receptiva ou contrária ao que se pregava. Sobre isto,

destaquemos que, para a aceitação e prestígio da retórica entre os cristãos, inclusive comendo as disciplinas do *trivium*, foi fundamental a posição de Santo Agostinho que a defendeu veementemente dos seus opositores, considerando-a, na esteira de Platão, um eficiente meio de catequese das almas e canalizando-a para o ensino das virtudes cristãs, para a exegese da Bíblia. Enfim, assumindo uma posição teológica e ética, propugnou a importância da pregação clerical, apoiada na fé, na pedagogia do amor, na retidão do pregador, na capacidade de evocação do ouvinte, nas escrituras como base do conhecimento e fonte de provas incontestáveis (MALEVAL, 2009, p. 9).

As bibliotecas dos mosteiros beneditinos se destacaram pelos trabalhos dos monges copistas⁸ no resgate e manutenção das obras literárias da antiguidade, ocasionando, nestes espaços, centros culturais onde mantinham-se importantes obras.

Dessa forma, os monges, tendo o controle do acervo literário da biblioteca, proibiam a leitura das obras, devendo o próprio monge dar o sentido da mensagem ao aluno, evitando outras interpretações que não fossem as fixadas durante a aula.

Neste sentido, a produção, circulação e recepção de obras literárias eram controladas pelos mosteiros. Portanto, o estudante não apreendia o sentido das palavras dispostas no texto; o exercício da leitura era a absorção *correta* da interpretação sistematizada por intermédio dos monges.

O ensino de ler e escrever cumpre com as necessidades vigentes do Estado, promovendo um homem próprio de seu tempo, estruturando um *noviço* que atenda ao contexto referido.

A grande contribuição dos mosteiros beneditinos está na competência dos monges em desenvolver o ensino, a disciplina, arquivar obras por meio do acervo do mosteiro e serem modelos e representantes para outras ordens espalhadas pelo mundo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É reconhecida a intelectualidade dos mosteiros na Idade Média, por meio da reprodução e manutenção de obras literárias pelos monges-copistas e na administração das bibliotecas dos mosteiros beneditinos, despontando nestes educadores microdecisões de políticas linguísticas dissociadas da imposição do Estado.

⁸ Muitos destes monges foram selecionados para ministrar aulas em Universidades.

Analisamos, neste artigo, o método utilizado para o ensino de ler e escrever em adequação com a formação do noviço inserido em um Estado cristão. Justificando, pelo método, o controle da produção e recepção de textos, favorecendo, com isto, o exercício da política linguística para expandir o ensino cristão inerente ao período medieval.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Miguel Eugênio. Aplicação da historiografia linguística nas obras didáticas de Clemente Pinto. Rio de Janeiro: *Cadernos do CNLF*, v.15, nº 3, 2006.

BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa. O fazer historiográfico em Língua Portuguesa. In: Neusa Bastos (Org.). *Língua Portuguesa em calidoscópio*. São Paulo: EDUC/FAPESP, v. 1, pp. 73-83, 2004.

CASAGRANDE, Nancy. *A implantação da língua portuguesa no Brasil do século XVI: um percurso historiográfico*. São Paulo: EDUC, 2005.

CEIA, Carlos. *Linguística e-dicionário de termos literários*. Disponível em www.edtl.com.pt Acesso em 11 de setembro de 2012.

KOERNER Konrad. *Professing linguistic historiography*. John Benjamin Amsterdam/Philadelphia, 1995.

_____. Questões que persistem em Historiografia Linguística. *Revista da ANPOLL*, nº 2, pp. 45-70, 1996.

MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. Retórica Medieval. *Série Estudos Medievais* n. 2, Revista da Anpoll. Araraquara, 2009.

OLIVEIRA, Luiz Roberto Peel Furtado. Da techné grammatiké à gramática especulativa medieval: as relações lógicas e não lógicas do enunciado linguístico. *Cadernos do CNLF*, v. 15, n. 5. Rio de Janeiro, 2011.